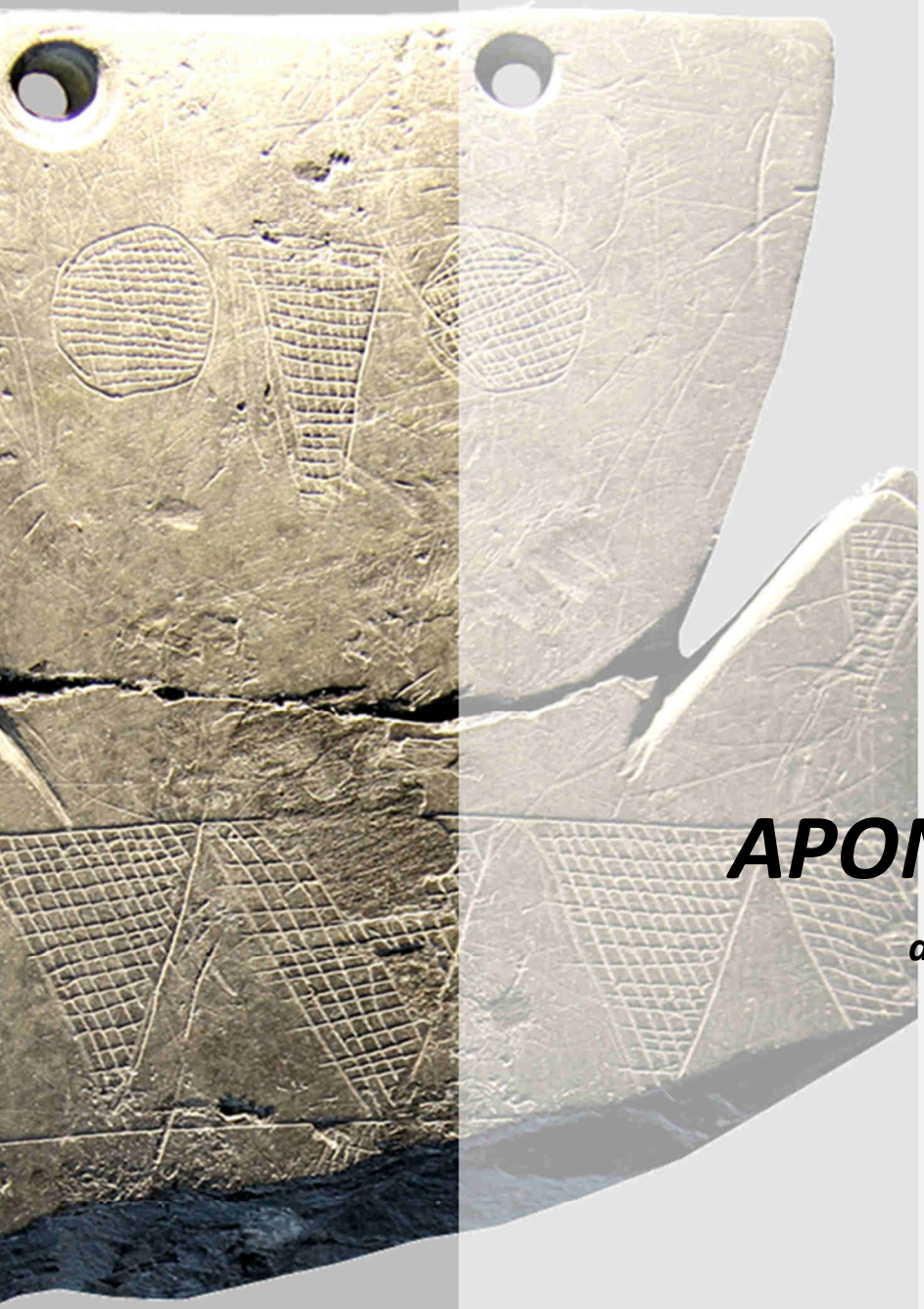


16

APONTAMENTOS

de Arqueologia e Património

JUN 2022

ISSN: 2183-0924

NÚCLEO DE INVESTIGAÇÃO ARQUEOLÓGICA

ERA ARQUEOLOGIA

APONTAMENTOS

de Arqueologia e Património

16

JUNHO

2022

Título: **Apontamentos de Arqueologia e Património**
Propriedade: **Era-Arqueologia S.A.**
Editor: **ERA Arqueologia / Núcleo de Investigação Arqueológica – NIA**
Local de Edição: **Lisboa**
Data de Edição: **Junho de 2022**
Volume: **16**
Capa: Placa de xisto decorada da Anta 1 de Vale da Moura
(Foto de António Carlos Valera)

Director: **António Carlos Valera**

ISSN: 2183-0924

Contactos e envio de originais:
antoniovalera@era-arqueologia.pt

Revista digital.
Ficheiro preparado para impressão frente e verso.

O uso do acordo ortográfico está ao critério de cada autor.

ÍNDICE

EDITORIAL 07

Tiago do Pereriro, António Carlos Valera
PLACAS DE XISTO E BÁCULO DA ANTA 1
DE VALE DE MOURA (ÉVORA).
BREVE APONTAMENTO 09

António Carlos Valera, Tiago do Pereiro
ROUCA 7 (CANO, SOUSEL): GEOFÍSICA DE UM
NOVO RECINTO DE FOSSOS PRÉ-HISTÓRICO 15

António Carlos Valera, Ana Catarina Basílio,
Alessio Gorga, Nelson Almeida, Juliana Ferraz
O GRANDE COMPLEXO DE RECINTOS DE FOSSOS
PRÉ-HISTÓRICO DO MONTE DA CONTENDA
(ARRONCHES): ABORDAGEM A PARTIR DE
DISTRIBUIÇÕES DE SUPERFÍCIE 21

Patrícia Diogo Monteiro, Artur Ribeiro,
António Carlos Valera
WOODLAND RESOURCES IN PERDIGÕES:
ANTHRACOLOGICAL ANALYSIS OF CHALCOLITHIC
AND EARLY BRONZE AGE CONTEXTS 33

Inês Mendes da Silva
BOA VISTA 5 E AS COMPANHIAS PARA O
COMÉRCIO DO BRASIL. 1490-1720. 41

Ana Rosa, Inês Simão
A ANTIGA FÁBRICA NAPOLITANA, ALCÂNTARA.
UMA PERSPECTIVA ARQUEOLÓGICA SOBRE
A CASA DAS CALDEIRAS 49

Ana Catarina Basílio, André Texugo, Tiago do Pereiro
iARQUEOLOGIA: CONTRIBUIÇÕES PARA A
ADOPÇÃO DO SENSOR LIDAR DE DISPOSITIVOS
MÓVEIS NA PRÁTICA ARQUEOLÓGICA 57

Ana Costa Pereira, Tomás Pereira Botelho
DESCONSTRUÇÃO DO PROCESSO DE ESCAVAÇÃO
ARQUEOLÓGICA:
TEMPO, AGÊNCIA E MEDIAÇÃO 69

EDITORIAL

25 anos de ERA Arqueologia

A ERA Arqueologia faz este ano 25 anos. Ao longo deste quarto de século de existência o seu compromisso com a divulgação e publicação dos seus trabalhos e do conhecimento produzido traduziu-se numa intensa actividade editorial, na participação em inúmeras reuniões científicas nacionais e internacionais ou publicação regular de artigos em actas e revistas de especialidade. De entre todas estas realizações ganha particular relevo o esforço dedicado à actividade editorial, porque é diferenciador, representa a forma como a empresa pensa e vê a sua actividade e é demonstrativo desse mesmo compromisso.

De facto, tendo a ERA surgido em 1997, o primeiro número da revista em papel ERA Arqueologia, foi publicado em 2000. Até 2008 foram sucessivamente editados oito volumes, nos quais se publicaram trabalhos da empresa, artigos de investigação e teoria, se discutiram questões da organização da arqueologia e da profissão (Ensino, Divulgação, Ordem dos Arqueólogos, Cadernos de Encargos, etc.). Seguiu-se a revista online Apontamentos de Arqueologia e Património, que publica agora o seu 16º volume. A par, criaram-se as séries ERA Monográfica, já com seis volumes editados, e Perdigões Monográfica, com dois volumes publicados, às quais se soma a publicação das actas de um workshop.

Para utilizar uma expressão em voga: conhecer, debater, divulgar e comunicar fazem parte do "nosso ADN"

António Carlos Valera

DESCONSTRUÇÃO DO PROCESSO DE ESCAVAÇÃO ARQUEOLÓGICA: TEMPO, AGÊNCIA E MEDIAÇÃO.

Ana Costa Pereira[1]
Tomás Pereira Botelho[2]

Resumo:

Baseando o presente artigo na noção de que toda a escavação é destruição, pretendemos considerar o papel do conceito de agência como força transformativa, e o seu papel nas relações que estabelecemos com a cultura material. Ao mesmo tempo, questionamos as noções de "tempo" e de "tempo arqueológico", nomeadamente como, durante a escavação, as conceptualizamos linearmente, por oposição a estruturas compostas.

Deste modo, defendemos que ler um evento ou objeto tendo por referência a perspetiva A difere significativamente de o ler a partir do ponto B. Consequentemente, a leitura irá influenciar a forma como traduzimos significados. O *onde*, enquanto ponto de vista, e o *quando*, como processo de mediação, são fatores-chave na subsequente produção de conhecimento.

Na investigação arqueológica, este facto é particularmente relevante: como agentes de interpretação, temos um papel substancial na forma como perspetivamos a cultura material, potencial chave no processo de leitura geral do sítio escavado. Simultaneamente, ao argumentar que o tempo não é linear, mas um conjunto de redes encadeadas e interconectadas, iremos considerar a relevância da agência do arqueólogo. Quando escavamos, não lemos o passado, antes mediamo-lo através de conceções com o presente. Desta forma, transformamos a própria noção de tempo em conjuntos de significados, simbolismo e agência.

A alteração de conceptualização temporal e o reconhecimento de que o posicionamento não é inócuo, implicam uma mudança de perspetiva cognitiva. Nesse sentido, concluiremos que ao realizar esta alteração no processo de construção de conhecimento, estaremos a reforçar as narrativas produzidas pela arqueologia. Ao reposicionarmos a leitura dos envolvimentos primordiais do arqueólogo - ato de escavação e mediação - pretendemos elaborar uma retórica que permita enriquecer a forma como lemos e pensamos não só a cultura material, mas o processo arqueológico em si.

Abstract:

Deconstruction of the archaeological excavation process: Time, Agency and Mediation.

Basing this article on the notion that all excavation is destruction, we intend to consider the role of the concept of agency as a transformative force, and its role in the relationships we establish with material culture. At the same time, we question the notions of "time" and "archaeological time", namely how, during the excavation, we conceptualize them linearly, as opposed to composite structures.

Thus, we argue that reading an event or object with reference to perspective A differs significantly from reading it from point B. Consequently, reading will influence the way we translate meanings. The where, as a point of view, and the when, as a mediation process, are key factors in the subsequent production of knowledge.

In archaeological research, this fact is particularly relevant: as agents of interpretation, we have a substantial role in the way we perceive material culture, a key potential in the process of general reading of the excavated site. Simultaneously, in arguing that time is not linear, but a set of linked and interconnected networks, we will consider the relevance of the archaeologist's agency. When we dig, we don't read the past, but we mediate it through conceptions with the present. In this way, we transform the very notion of time into sets of meanings, symbolism and agency.

The change in temporal conceptualization and the recognition that the positioning is not innocuous, imply a change in the cognitive perspective. In this sense, we will conclude that by making this change in the knowledge construction process, we will be reinforcing the narratives produced by archaeology. By repositioning the reading of the archaeologist's primordial involvements - the act of excavation and mediation - we intend to elaborate a rhetoric that allows enriching the way we read and think not only about material culture, but the archaeological process itself.

[1] Licenciada e Mestre em Arqueologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Arqueóloga na ERA Arqueologia.
[2] ISCTE-IUL / Universidade NOVA de Lisboa / CRIA, Doutorando associado.

1. Introdução

Toda a escavação é destruição; este é o conceito basilar do nosso artigo. Defendemos que, no processo de escavação arqueológica, a agência do arqueólogo irá definir as relações que estabelecemos com a cultura material, tanto quanto o corpo de conhecimento que serve como pilar para a ação de escavação em si. Ou seja, que o arqueólogo, nas qualidades de agente científico e agente de transformação, terá um grande impacto sobre a dinâmica que é estabelecida para com o objeto, e a cultura material em si.

A ausência, nas considerações sobre o processo arqueológico, da agência do arqueólogo enquanto mediador do que surge no terreno apresenta problemas óbvios. Ao não reconhecermos que, quem escava e interpreta o que escava, na sua qualidade de agente científico, possui impacto nas dinâmicas de leitura e consequente narrativas produzidas estaremos, fundamentalmente, a apagar e ignorar o forte impacto que nós, Humanos, temos sobre a Ciência e a essência do processo de produção de conhecimento. De modo a produzir uma leitura compreensiva e profunda tanto do objeto, como da cultura que ele representa, ou é representada por ele, é fulcral ter em consideração a agência do arqueólogo enquanto agente de transformação, interpretação e detentor de perspetiva e contexto temporal.

Como tal iremos também questionar a noção de tempo arqueológico, particularmente como ela é conceptualizada. Ao selecionarmos uma perceção linear de tempo, por oposição a uma estrutura composta e estratificada, estaremos a suprimir as múltiplas variações e diferentes interpretações a que a cultura material pode ser sujeita. Interpretar um objeto no ponto temporal A difere substancialmente de o interpretar no ponto temporal B, onde a ciência poderá estar mais ou menos avançada, e o corpo de conhecimento diferir substancialmente.

Nesse sentido consideramos este facto muito relevante pelo impacto que terá na agência humana e, em especial, na do arqueólogo. Enquanto agentes de interpretação, a forma como perspetivamos a cultura material e qual o corpo de conhecimento que suporta esta leitura, é crucial não cair no erro de considerar que, através do tempo, a leitura será linear, ou constante.

Através de uma alteração da conceptualização temporal, do reconhecimento do posicionamento enquanto elo constituinte da interpretação, e do assumir da agência que modela e destrói o espaço de investigação, pretendemos elaborar retóricas que estruturem a nossa capacidade de pensar, indagar e produzir conhecimento, e, sobretudo, enriquecer o processo arqueológico.

2. Desconstrução, destruição

Apesar de não ser o objetivo da ciência, a escavação arqueológica é o processo que mais peso tem em toda a investigação arqueológica. Tendo em conta que as práticas arqueológicas são distribuídas e deslocadas (Witmore, 2007: 549-551), a investigação bibliográfica que a deverá preceder - que não será tão visível -, ou a culminação do processo num relatório (quase nunca público) poderão contribuir para essa perceção.

Não obstante, e porque a escavação acaba por se tornar mais evidente, é nela que os olhares se focam. De facto, é durante o processo de escavação propriamente dito em que os novos dados são recolhidos, em que velhas questões são respondidas e novas são colocadas.

Talvez por isso mesmo entender a escavação como destruição possa causar estranheza ou desconforto. O conceito não é novo, e tem vindo a ser debatido ao longo de décadas (Lucas, 2001: 158).

A escavação arqueológica pode ser entendida como o momento de mediação do sítio, que é traduzido através do registo: os depósitos, as estruturas, as suas relações diretas, a sua implantação no terreno são descritas, desenhadas à escala e fotografadas. Este esforço é o que tem vindo a justificar a escavação (Lucas, 2001: 158-159).

De facto, sem este registo não poderíamos recriar ou reanalisar o sítio: a escavação é a experiência irrepetível (Barker, 1989 [1977]), é através da informação que recolhemos e organizamos que interpretamos o sítio. É através da descrição dos depósitos e das estruturas, das suas relações diretas e do seu registo gráfico, que relemos o sítio.

Por norma, os depósitos são distinguidos na sua cor, matriz sedimentar, calibre do grão, homogeneidade e compactidade, para além de se referirem as componentes artefactuais e geológicas nele integradas e as relações diretas com as unidades estratigráficas que se lhe sobrepõem. São por norma fotografadas no momento em que são identificadas, com indicação de Norte e uma escala, para além de desenhadas, cotadas e implantadas geograficamente. Podem ainda ser registadas através de ferramentas de fotogrametria ou outros métodos de registo digitais que permitam modelações em três dimensões.

Não obstante, é importante relembrar que nem o desenho, nem a fotografia, são a realidade: as técnicas de representação têm vindo a ser utilizadas como objetivo, ou como forma de ancorar argumentos, e não como meio de apoio para a interpretação (Webmoor, 2005, pp. 75-76). Para reconstruir as referências do desenho – ou seja, os pontos que o constituem – é necessário um domínio da prática, um código que não é só a legenda, mas conhecimento empírico da realidade (Webmoor, 2005, p. 58).

O desenho ou a fotogrametria são apenas representações do sítio, utilizando pontos e coordenadas geográficas, seguindo os princípios cartesianos, mas não são o sítio: são a forma de contextualizar espacialmente os dados (Webmoor, 2005: 60).

A mesma crítica pode ser feita à fotografia, que não deixa de ser uma imagem construída e disseminada, sempre redutora da realidade, mas que foi sendo utilizada no meio arqueológico como sendo dotada de cientificidade (Webmoor,

2005: 65-66). Não obstante, a fotografia apenas representa algo (Barthes, 1981, p. 28), apenas serve para comprovar aquilo que representa (Barthes, 1981: 85).

Por outro lado, a standardização do registo arqueológico poderá permitir uma comparação direta entre depósitos dentro dum mesmo sítio, assim como entre sítios diferentes, criando uma espécie de projeção daquilo que podemos esperar encontrar em determinada região geográfica ou para alguns sítios de certa cronologia - uma espécie de fósseis diretores ou pacotes de materiais. Por seu turno, ao tornar o registo numa tarefa fordiana e mecanicamente repetitiva, corremos o risco de o reduzir a uma obrigação sem noção da sua finalidade.

A importância deste registo não se prende com a relevância da cor, ora mais amarelada, ora mais acastanhada dos depósitos, mas com a importância do momento que podem distinguir. Se o depósito com material romano está sobreposto a um depósito da Idade do Ferro, então podemos admitir uma continuação da utilização do espaço. Se, por outro lado, o mesmo depósito com material romano se sobrepõe a um depósito onde encontramos materiais do século XVIII, então estamos perante um exemplo de estratificação invertida: nalgum momento, a sobreposição dos estratos foi invertida, muito provavelmente por ação humana.

Este exemplo da estratigrafia invertida pode ser encarado como um outro tipo de destruição do sítio - de facto, a Arqueologia lida com vários tipos de destruição (Cunningham, 2013: 32) - ou, expondo de outra forma, uma recontextualização do sítio. Quem movimentou terras e inverteu a ordem natural da deposição podia não ter o intuito de destruir o sítio que podiam não saber sequer existir. Ainda assim, existiu uma recontextualização do sítio, houve uma criação, uma nova ação na história do sítio.

Não obstante, o próprio processo de escavação é um novo momento na história do sítio: quando marcamos uma sondagem e a escavamos, pela ordem inversa à da deposição e respeitando todos os preceitos do registo, criamos uma nova interface, um novo corte nos depósitos.

Cada um destes depósitos é encarado como um momento de ação antrópica, mas a estratificação não é um produto direto da atividade humana: os depósitos vão sendo acumulados à medida que as sociedades utilizam esses espaços, mas não há uma ideia premeditada em criar um sítio. Por isso mesmo podemos argumentar que definir um depósito como um momento é uma ideia redutora: o depósito não se acumulou repentinamente, mas ao longo de um período de tempo (Harris, 1989: 19-20).

De facto, o arqueólogo encontra as várias temporalidades encaixadas em camadas estratigráficas muito bem definidas, pelo que as mudanças podem sempre parecer repentinas, e, por isso, sempre provenientes de um único evento. No entanto, podemos admitir que a entrada de uma nova entidade no coletivo prévio não se apresenta como inerentemente mutável, uma nova entidade no coletivo não vai alterar automaticamente todas as escolhas, práticas e relações pré-existentes (Witmore, 2007: 554-556).

Contudo, o próprio arqueólogo tem um papel importante como agente no processo de escavação: por um lado, a aprendizagem dos processos de escavação não é cognitiva, mas incorporada (Olsson, 2015: 5); por outro, a cultura material, a ferramenta que o arqueólogo utiliza também tem implicações na forma como os sítios são escavados (Malafouris, 2008: 25).

A aprendizagem em campo não acontece através de livros, mas pela experiência partilhada: a troca de ideias entre pessoas com experiências diferentes, o contacto direto com os materiais, o teste da firmeza dos depósitos, o conhecimento empírico que permite distinguir depósitos apenas no campo acontece (Olsson, 2015: 5-6).

3. Agência e networks

Num dos muitos compêndios da banda desenhada Calvin e Hobbes, da autoria de Bill Waterson, surge uma tira na qual Calvin indaga o tigre de peluche se este acredita na responsabilidade individual das acções, ou se as estrelas terão algum tipo de omnipotência na determinação dos seus destinos. Hobbes afirma ser responsável pelas suas acções, afirmação com a qual Calvin discorda, retorquindo ser mais fácil nunca respondermos pelos nossos actos. Não obstante a piada latente, a tira remete para um problema transversal às múltiplas ciências sociais: a questão da subjetividade das ações de um indivíduo.

Numa primeira instância, não obstante a concepção de livre-arbítrio que predomina no campo filosófico, é necessário estabelecer que agência não é sinônimo deste conceito. A tira de Calvin e Hobbes serve como exemplo de livre-arbítrio: se Calvin for responsável pelas suas acções, então possui livre-arbítrio; se as estrelas determinarem o seu comportamento, então poder-se-á ver não responsabilizado pelas bolas de neve arremessadas à vizinha, Susie Dorkins. Não obstante, a problemática da agência não é tão linear, pelo que não devemos considerá-las sinónimos. Laura Ahearn, nesse sentido, defende que "*such an approach ignores or only gives lip service to the social nature of agency and the pervasive influence of culture on human intentions, beliefs, and actions*" (2001, p: 114). Considerar livre-arbítrio e agência enquanto sinónimos irá eclipsar o significado e peso que as estruturas que ladeiam o indivíduo têm sobre este.

Como tal, é uma necessidade estruturante definir (ainda que vagamente) o que se entende por agência, de modo a não cometer erros ou trocas. Laura Ahearn (2001) apresenta uma definição que, ainda que incompleta em vários pilares conceptuais, permite enquadrar a nossa retórica; a autora define agência como "*agency refers to the socioculturally mediated capacity to act"* (p. 112), sublinhando que todas acções serão, pois, socio-culturalmente enquadradas, tanto na sua génese, como na subsequente interpretação. Ortner (2006) acrescenta que "*agency is never a thing in itself but is always part of a process of what Giddens calls structuration, the making and remaking of larger social and cultural formations*" (p. 134), salientando a necessidade de

contextualizar o conceito, nunca o definindo como algo independente (algo que também irá acentuar a necessidade de uma conceptualização dinâmica). Não obstante estas definições não responderem a questões sobre quem ou que é que pode ter agência (humanos, não-humanos, objectos) ou sobre o individualismo da própria agência (Ortner, 1996) - no sentido em que este conceito tem de ser aplicável ao indivíduo ou pode ser igualmente aplicável ao grupo (sindicatos, famílias), problemática que pode exacerbar o individualismo "Western". O propósito de clarificação das definições, contudo, não é o de explorar as várias formas em como estas são incompletas, mas antes enquadrar a agência num contexto mais alargado de práticas compreendidas num contexto sócio-cultural.

Outra problemática subjacente é a distinção entre agente e ator, a qual se torna particularmente relevante para compreender o significado e contexto da ação em si, e nesse sentido começar a compreender o tipo de agência. Karp (1986) advoga que a distinção entre ator e agente reside na forma como as ações são regidas; ao passo que um actor é orientado por regras ou direcções, um agente é alguém que exerce comportamentos / ações que moldam e reconfiguram o que o ladeia, ou seja, reconstitui o mundo em que se insere. De modo a melhor exemplificar esta distinção, recorro ao exemplo dos videojogos, dado que estes possuem sempre um actor e um agente, que são lados distintos da mesma pessoa. O avatar (a nossa representação no videojogo) é um actor, restringido pelas regras do jogo e os comandos que nós (indivíduo) lhe damos, ao passo que o jogador (o indivíduo sentado no sofá com o comando) é um agente. É importante elaborar esta distinção, pois sem ela podemos cair num certo desespero teórico ao considerar que somos todos elementos de um videojogo, controlados por contextos e poderes que não conseguimos influenciar de volta, desprovidos de agencialidade.

Outras perspectivas como a de resistência, ou a de "practice theory", enquadram a questão da agência em dinâmicas de poder em que este é assimétrico - as estruturas, sejam elas urbanas ou governamentais, retêm sempre uma maior dominância -, e nesse sentido, a perspectiva de Ortner (2006) relativamente à abordagem que a antropologia (em particular) deve construir face agência, é útil. Ortner (2006), advoga que a antropologia da agência é "*not only about how social subjects, as empowered or disempowered actors, play the games of their culture, but about laying bare what those cultural games are, about their ideological underpinnings, and about how the play of the game reproduces or transforms those underpinnings*" (p. 152), salientando a necessidade não de nos focarmos propriamente no poder em si, mas sim nas formas como, socialmente, estas dinâmicas são produzidas e negociadas.

Contudo é curioso como Ortner (2006), ao considerar o papel do poder nas questões de agência - e da agência do poder - admite que, em certa medida, o agente nunca será inteiramente independente, mas sempre circunscrito pelas acções e estruturas de cariz moldador do tecido social, político e cultural. Algo que a a frase de "*who would learn to 'feel European' without the editorials of the liberal press?*" (p. 29) de Latour (2005) coloca em evidência: as redes de actores (no sentido de ANT) e formações de poder que nos ladeiam têm influência sobre a agência dos sujeitos, sobre as considerações éticas e morais e sobre a intenção das ações e práticas. Não existem, pois, agências desconectadas, nem agentes verdadeiramente livres e soltos; tudo opera em redes, em dinâmicas de projectos e intenções que ou prevalecem, ou são postas em causa: "*thus if power and the subordination of others is always in the service of some project, so too is resistance; the entire domination/ resistance dialectic itself makes sense as the clash of people's projects, their culturally constituted intentions, desires, and goals*" (Ortner, 2006: 151). Não quero com isto afirmar que todos os hábitos são pré-fabricados e que o sujeito é desprovido de agência, mas sim que ele nunca é independente do contexto sócio-cultural (e económico) em que se encontra inserido.

Esta posição é simultaneamente sustentada e contraposta, em certa medida, por Tim Ingold e Elizabeth Hallam (2007) ao afirmar que "*there is no script for social and cultural life*" (pp. 1). Ingold e Hallam (2007) não nega que existam estruturas com a capacidade de moldar as ações, afirmando, contudo, que existe um espaço ambivalente entre as regras culturais e as condições do quotidiano que é aproveitado para criar o que ele apelida de "improvisation": "*the gap between these non-specific guidelines and the specific conditions of a world that is never the same from one moment to the next not only opens up a space for improvisation, but also demands it, if people are to respond to these conditions with judgement and precision*" (p. 2).

O contributo particular que a antropologia traz para a questão da agência prende-se, pois, com o contexto em que esta é produzida e em que esta é negociada com as estruturas que a manuseiam, que a delimitam, e não tanto com as problemáticas de teor mais filosófico, como o livre-arbítrio. Não obstante ser necessária a ponderação sobre a agência em si mesma - se esta é do domínio exclusivo do indivíduo, se objectos também podem possuir agência -, e a definição das práticas e dos hábitos sociais, é ainda mais premente que haja capacidade de postular concepções e narrativas que sejam contextualizadas pelos "cultural games" (Ortner, 2006), pelo ambiente social em que estas se inserem: a agência enquanto produto social. Esta preocupação é partilhada por Alfred Gell (2010(1997)) ao afirmar:

"*For the anthropologist, the problem of `agency' is not a matter of prescribing the most rational or defensible notion of agency, in that the anthropologist's task is to describe forms of thought which could not stand up to much philosophical scrutiny but which are none the less, socially and cognitively practicable. For the anthropologist `folk' notions of agency, extracted from everyday practices and discursive forms, are of concern, not `philosophically defensible' notions of agency.*" (p. 16)

Gell (2010(1997)) procura dissociar a problemática da agência de postulações de índole filosófica, acrescentando ainda que "*the idea of agency is a culturally prescribed framework for thinking about causation*" (p. 16), introduzindo novas dimensões à questão da agência. Para o autor, agência é definida como "*attributable to those persons ... who/which*

are seen as initiating causal sequences of a particular type, that is, events caused by acts of mind or will or intention, rather than the mere concatenation of physical events. An agent is one who `causes events to happen' in their vicinity" (p.15), concepção que abre a possibilidade de a agência ser transmitida a objetos, e de esta ser causal. A questão dos objectos poderem possuir agencialidade - não inerentemente, mas transmitida pela prática, ou ligação com o sujeito - não é onde nos desejamos focar; optamos antes pela dimensão causal que Gell (2010(1997)) sugere. Pois, ao interligar a agência de um indivíduo com a forma como o antropólogo a irá observar em acção - pelos seus efeitos, pela forma como afecta outro indivíduo - Gell (2010(1997)) reforça o argumento de que a agência nunca existe por si só: ela é relacional, é um elemento das teias sociais. Se na própria observação da agência de um indivíduo admitirmos que esta é melhor observável pelos efeitos que desponta, será, pois, plausível afirmar que este conceito reside no âmago dos quadros sociais, ou, num sentido latouriano, no seio das redes entre actores.

Se a teoria antropológica contemporânea deve ter em consideração não só o simbolismo das práticas dos sujeitos, mas também o enquadramento e o contexto que as produz, o universo mental em que elas prevalecem, e procurar não as cristalizar no tecido unificador do "social" ou da "cultura", o mesmo se aplica à arqueologia. Considerar a agência do arqueólogo não representa uma mais complexa problematização do processo de escavação, mas sim um fio condutor que possibilite narrativas mais completas sobre o conhecimento produzido.

É nos pequenos detalhes, nas ambiguidades, e nas fricções (Tsing, 2005) que iremos encontrar a *raison d'etre* de uma futura Arqueologia.

4. Tempo e Perspetiva

Reconstruir um paradigma envolve não só uma mudança de conceitos, como também uma alteração da perspetiva aplicada às problemáticas, uma alteração de visão: o conceito perde os contornos imutáveis e adquire questões que o ladeiam, que o redefinem através de redes de relações.

Como tal, a questão temporal de um objeto estará vinculada não só ao objeto em si, mas sobretudo à perspetiva: ao ponto temporal do qual observamos o material. As várias temporalidades que o arqueólogo encontra são organizadas numa cronologia definida, em que A antecede B e B antecede C. Não obstante, esta forma de organizar o tempo não é o tempo em si. Os fenómenos de palimpsesto – depósito, limpeza e novo depósito – mostram-nos a ambiguidade que caracteriza o tempo, ainda que continue a não ser isto o tempo. No fundo, ainda hoje vivemos num certo palimpsesto – ruas que seguem traçados centenários ou milenares, a paisagem que é continuamente reconstruída (Lucas, 2005, p. 41) ou o objeto de família que continuamos a utilizar. O passado está ainda presente, o passado infiltra-se no presente (Witmore, 2007: 556-557).

Deste modo, as nossas interpretações sobre os objetos, as estruturas ou os depósitos nunca são lineares e nunca são definitivas. Dependem de quando são escavados, de quem os escava, de quem os recolhe e regista, e de qual a perceção de quem os interpreta: qual o ponto de observação e de onde provém a informação? Como tal, restam-nos as evidências dos contextos: do objeto em si, do ato de o desconstruir e reconstruir, e do ato arqueológico em si. Mesmo o contexto do próprio arqueólogo e as suas predisposições, em conjunto com o conhecimento incorporado e apreendido pela sua própria experiência possuem um impacto significativo na interpretação e leitura. Quando temos uma equipa em campo com arqueólogos de diferentes percursos e experiências, compreendemos o sítio duma forma mais completa e profunda, com explicações rápidas e com exemplos claros das materialidades. Se, ao invés disso, fossemos obrigados a parar o nosso trabalho de escavação para voltar a ler, a investigar, não só teríamos a informação tão rapidamente, como teríamos de parar e voltar atrás para confirmar as ideias novas (Olsson, 2015: 4-7).

Teremos, pois, de considerar o tempo enquanto a quarta dimensão não só física, mas como inerente ao processo arqueológico em si.

Não obstante, o tempo arqueológico possui duas dimensões independentes, mas interconectadas: a dimensão tempo que passa pelo espaço externo ao objeto, e a dimensão tempo que é interna ao objeto. Ao passo que o tempo externo modifica a circunstância do objeto por via do contexto em que ele se insere (ano, civilização, época ou estilo arquitetónico, etc.), o tempo interno determinará como o objeto é apresentado para interpretação (intacto, modificado pelo solo, destruído por guerras, em que contexto cultural é sujeito a leitura). Ou seja, o objeto move-se pelo tempo, mas o tempo também se move nele; o tempo é deposto sobre o objeto e composto pela interpretação do mesmo. A ânfora move-se do passado para o presente, mas ao realizar esta viagem sofrerá danos e transformações que irão alterar a sua conceptualização e estrutura, a qual, por sua vez, irá influenciar a dinâmica de interpretação. Esta difere do momento temporal em que iremos estudar o objeto; um computador é presente, mas num futuro distante poderá ser um vestígio da civilização na qual vivemos, como ironiza Stenislaw Lem no seu romance "Memoirs found in a Bathtub" ao transformar os computadores em deuses vestigiais de uma civilização já extinta (1961).

Mas é pelo movimento no tempo (que contabilizamos em unidades de 365 dias) que se estabelece o tempo interno do objeto, ou seja, que lhe atribuímos uma cronologia. Nesse sentido, o objeto é variável de acordo com o momento temporal em que o observamos, dado que a sua natureza (estado) é variável: aqui se vê a agência crucial do ato de interpretação. O mesmo objeto poderá ser interpretado de formas diferentes não só dependendo do seu estado de conservação, mas também dependerá do momento em que é percecionado, e fundamentalmente do corpo de conhecimento científico que o irá interpretar.

Deste modo, o objeto tornar-se-á em algo permeável, como uma membrana, algo que é manobrável de acordo com o contexto, e a agência do arqueólogo assume um papel estruturante na forma como consagramos não só a cultura material, mas também sobre o conhecimento do que é ser-se

humano. A história temporal informa e estrutura o conhecimento arqueológico, antropológico e social da cultura material.

5. Conclusão

Temos como objetivo salientar que, o primeiro passo para assumir não só a agência do arqueólogo no sítio e para com os objetos, mas o seu impacto no tempo e história de ambos, passa por assumir a destruição e descontextualização que acontece durante o processo de escavação arqueológica. O arqueólogo, enquanto agente, terá de assumir o seu papel nessa destruição. Mas, principalmente, terá de considerar o seu papel como detentor das ferramentas de mediação, leitura e tradução do sítio, do processo, e da cultura material. Acima de tudo, deverá ser claro no seu papel como intérprete subjetivo e parcial do sítio que escavou - a sua interpretação não é a verdade única acerca do sítio (Witmore, 2007: 553-554). Existem, conforme as posições temporais, perspetivas de conhecimento, e interpretações fatores não lineares, dinâmicos e cumulativos que irão afetar e modelar a experiência de leitura e tradução. A experiência do arqueólogo não é uniforme, e o seu papel não é inexistente; é crucial ponderar o impacto da agência do arqueólogo e a sua perspetiva singular sobre o tema ou objeto em questão

A escavação, pela sua importância, não poderá deixar de acontecer, especialmente quando pensamos em casos de intervenções de emergência, muitas vezes em contexto de obras, onde a destruição por via de escavação controlada é a única forma de permitir conhecer o sítio. Não obstante, a agência do arqueólogo, a sua perspetiva, e a forma como a escavação em contexto de investigação é ponderada e executada, com objetivos e questões muito diretos, têm papéis basilares nas matrizes do conhecimento (Roskams, 2003: 45-49).

É crucial ter total noção de que o sítio apenas é preservado quando fica por escavar - as fotografias, os desenhos, as matrizes e descrições de depósitos não são o sítio. Mas nem sempre é possível responder às questões impostas sem partir para a escavação.

Depreende-se, naturalmente, que o arqueólogo terá, desse modo, um severo impacto sobre o local e a sua leitura. Não só pelo seu conhecimento específico para executar o processo de escavação, como também pela sua capacidade subjetiva de interpretação, leitura e tradução do que é encontrado. A cultura material consequente do processo de escavação surge enquanto produto de mediação, e não enquanto um fragmento em si mesmo, independente das redes e teias de significados e estruturas que se sobrepõem, interligam e se inter-relacionam.

É graças a esta ponderação, que poderemos assumir que toda a escavação não só se torna num processo de destruição, como a subsequente mediação material e de conhecimento se torna subjetiva e dependente do contexto temporal, de cognição e da perspetiva do agente. O conhecimento sobre cultura material surge nas fricções e interconexões entre o foi acumulado ao longo de múltiplos processos de escavação, entre o momento temporal em causa, o contexto de conhecimento, e o paradigma do processo de escavação em causa.

Torna-se, assim, fundamental reconhecer o nosso papel, enquanto humanos e agentes históricos, no impacto, leitura e mediação do conhecimento enquanto força e alicerce científico. Pois, sem este reconhecimento, arriscamos interpretar o mundo enquanto desconectado da nossa esfera de ação, reduzindo o objeto a algo em si mesmo, desprovido do seu contexto particular. Estaremos, no fundo, a reduzir a nossa agência a pó, o mesmo pó que nos cobre as mãos ao escavar e que sopramos, para não nos incomodar.

Referências Bibliográficas

AHEARN, L. M. (2001) – Language and Agency. *Annual Review of Anthropology*. 30: 109-137.

BARKER, P. (1989 [1977]) – *Techniques of archaeological excavation*. London. Batsford Book.

Barthes, R. (1981). Camera Lucida: Reflections on Photography. (R. Howard, Trad.) New York: Hill and Wang.

CUNNINGHAM, T. (2013) – Deconstructing Destruction: a contextual approach to methodology and meaning in Archaeology. In: J. Driessen, *Destruction. Archaeological, Philological and Historical Perspectives*. Louvain-la-Neuve: Presses universitaires de Louvain: 51-59.

GELL, A. (2010 (1997)) – *Art and Agency: An Anthropological Theory*. Oxford. Clarendon Press.

HARRIS, E. (1989) – *Principles of Archaeological Stratigraphy*. Suffolk. Academic Press.

INGOLD, T.; HALLAM, E. (2007) – Creativity and Cultural Improvisation: An Introduction. In: E. Hallam, T. Ingold (eds.), *Creativity and Cultural Improvisation.* Oxford. Berg: 1-24.

KARP, I. (1986) –. Agency and Social Theory: A Review of Anthony Giddens. *American Ethnologist*. 13(1): 131-137.

LATOUR, B. (2005) – *Reassembling the social: an introduction to actor-network theory*. Oxford. Oxford University Press.

LUCAS, G. (2001) – *Critical Approaches to Fieldwork. Contemporary and Historical Archaeological Practice*. London & New York. Routledge.

LUCAS, G. (2005) – *The Archaeology of Time*. Oxford. Taylor & Francis.

MALAFOURIS, L. (2008) – At the Potter's Wheel: An Argument for Material Agency. In: C. Knappett, L. Malafouris (eds.), *Material Agency: Towards a Non-Anthropocentric Approach.* New York. Springer: 19-36.

OLSSON, M. (2015) – Making Sense of the Past: the Embodied Information Practices of Field Archaeologists. *Journal of Information Science*. United Kingdom. SAGE: 1-11.

ORTNER, S. (1996) – Toward a Feminist, Minority, Postcolonial, Subaltern, etc, Theory of Practice. *Making Gender: The Politics and Erotics of Culture.* Durhamand London. Duke University Press: 1-20.

ORTNER, S.B. (2006) – *Anthropology and Social Theory: Culture, Power, and the Acting Subject*. Durham & London. Duke University Press.

ROSKAMS, S. (2003) – *Teoría y Práctica de la Excavación*. Barcelona. Crítica.

TSING, A. (2005) – *Friction: An Ethnography of Global Connections*. Princeton. Princeton University Press.

WEBMOOR, T. (2005) – Mediational techniques and conceptual frameworks in archaeology. A model in 'mapwork' at Teotihuacán, Mexico. *Journal of Social Archaeology*. 5 (1): 52-84.

WITMORE, C. (2007) – Symmetrical archaeology: excerpts of a manifesto. *World Archaeology*. 39 (4): 546-562.

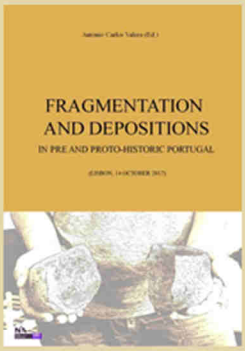
OUTRAS PUBLICAÇÕES DA ERA ARQUEOLOGIA

NÚCLEO DE INVESTIGAÇÃO ARQUEOLÓGICA

ERA ARQUEOLOGIA

Série ERA Arqueologia (2000 – 2008)

Publicação de workshops



Série ERA Monográfica (2013 – 2022)

Série Perdigões Monográfica (2018 – 2020)